

BRUXELAS, BÉLGICA, 14 DE SETEMBRO DE 1995

Quero, antes de mais nada, agradecer a generosa acolhida de que Ruth e eu temos sido objeto em seu país e as amáveis palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar, que ouvi com grande satisfação.

Minha estada na Bélgica reveste-se de significado especial para o Brasil, pois é a primeira visita de um Presidente brasileiro a este país, desde que Juscelino Kubitschek aqui esteve em 1956, ainda na condição de Presidente eleito.

Outro marco de nosso relacionamento foi a honrosa visita do Rei Balduíno e da Rainha Fabíola ao Brasil, em 1965.

A ausência de contatos diretos no mais alto nível entre nossos dois países, nesses muitos anos, não impediu, porém, que nossas relações prosperassem, mas certamente terá contribuído para que se situem aquém de suas reais possibilidades.

No mundo de hoje, a diplomacia de Chefes de Estado e de Governo constitui elemento insubstituível da promoção do entendimento entre os países, catalisando ações e iniciativas.

Por isso estou certo de que saberemos transformar esta ocasião em fator singular de impulso de nosso relacionamento, visando a um novo patamar de cooperação e entendimento entre nossos dois países.

Senhor Primeiro-Ministro,

Quero trazer ao Governo e ao povo belgas a mensagem de um Brasil renovado, moderno e dinâmico. Um Brasil que deixou definitivamente no passado as soluções autoritárias e a instabilidade econômica e que ora estabelece bases sólidas para o desenvolvimento sustentado e socialmente equitativo.

O Brasil atual é um país plenamente democrático. A solidez de nossas instituições se vê reforçada pela maturidade do jogo político brasileiro, que tem sabido encaminhar, de forma exemplar, as pressões e contrapressões inerentes à vida política democrática.

O brasileiro recobrou o sentido de cidadania e, hoje, exerce com liberdade a totalidade de seus direitos civis e políticos.

É nesse contexto que se vem processando a modernização das estruturas da economia brasileira.

O Governo brasileiro vem implementando, por meio do debate transparente com a sociedade, um programa abrangente de estabilização econômica – o Plano Real. Queremos com ele assegurar ao Brasil uma maior capacidade de inserção nos fluxos internacionais de comércio e de finanças, que se traduza em melhores condições de vida para a população brasileira.

Tendo como base a liberalização da economia e a estabilização da moeda, o Plano Real busca conferir à economia brasileira condições de competir por mercados, investimentos e tecnologias necessários ao desenvolvimento nacional, atendendo às exigências da globalização da economia internacional.

A estabilidade monetária alcançada com a introdução do Real fez cessar a espiral inflacionária que, por tanto tempo, minou a confiança dos brasileiros em sua própria moeda e trouxe sérios prejuízos ao funcionamento de nossa economia.

A inflação, que, em junho de 1994, encontrava-se próxima aos 50% ao mês, manteve-se, ao longo do primeiro ano de implementação do

Plano Real, na faixa de 2% ao mês. As perspectivas para os próximos meses são ainda mais promissoras, estimando-se que a inflação para 1995 não deverá chegar aos 25%. Trata-se do menor índice registrado no Brasil em quase 25 anos.

A queda da inflação trouxe uma rápida aceleração do crescimento econômico, com taxas superiores a 10% entre julho de 1994 e março deste ano.

O notável aquecimento do consumo interno foi outro reflexo da estabilidade monetária, que livrou a população, sobretudo as camadas de renda mais baixa, do verdadeiro “imposto inflacionário” que lhe era cobrado.

A retomada do crescimento com estabilidade reconquistou a confiança dos investidores brasileiros e estrangeiros na economia nacional, elevando as taxas de investimento ao nível próximo dos 20% do PIB.

Estamos implementando as reformas mais profundas, que permitirão a sustentação do Plano Real no longo prazo. Eliminamos entraves à participação do capital estrangeiro na economia, abrimos setores, como petróleo, gás, energia elétrica e telecomunicações, e acabamos com reservas de mercado na mineração e na navegação de cabotagem.

Já avançamos muito no debate sobre o redimensionamento do Estado brasileiro, de modo a torná-lo mais eficiente nos setores em que efetivamente deve ter participação ativa, como saúde, educação e segurança. Para tanto, apresentamos uma proposta coerente de reformas nas áreas previdenciária, administrativa e tributária.

Estamos logrando, assim, uma sintonia perfeita entre os processos político e econômico internos e entre as dimensões nacional e internacional do desenvolvimento.

Estamos plenamente conscientes de que o êxito das reformas internas dependerá também de uma conjuntura internacional favorável.

São, portanto, animadoras as avaliações convergentes de que a economia internacional encontra-se diante de um período prolongado de expansão, que permite antever que os fluxos financeiros e comerciais buscarão aquelas economias que, como o Brasil, estão promovendo os ajustes necessários para as transformações que se anunciam neste final de século.

Senhor Primeiro-Ministro, as circunstâncias que acabo de descrever encontram eco na avaliação do Brasil, altamente favorável, feita por nossos principais parceiros externos.

Essa percepção reflete a condição do Brasil de país continental, de vocação universal e interesses globais, que nos leva a almejar uma participação crescente no processo decisório internacional.

Estamos preparados para assumir todas as responsabilidades que nos correspondem nesse plano.

O Brasil está engajado nos debates em curso sobre a reforma das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança. Defendemos a idéia de um Conselho mais representativo das realidades do mundo contemporâneo, com maior legitimidade, autoridade e eficácia.

Tendo como base a defesa dos mesmos ideais de democracia e liberdade que levaram o Brasil a enviar tropas para lutar na Europa, contra o fascismo, há cinqüenta anos, temos participado ativamente nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, de que dá testemunho nossa presença, junto com a da Bélgica, nas forças internacionais de paz na Bósnia.

Estamos firmemente comprometidos com os esforços internacionais em prol do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa.

Temos contribuído de maneira expressiva para a formação de consensos no que se refere à proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos, de que são exemplos nossa atuação nas Conferências no Rio de Janeiro, em 1992, e em Viena, em 1993.

Mais recentemente, na Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim, também participamos de forma construtiva nas deliberações sobre um tema, o da situação da mulher, de importância crescente num mundo em que a democracia se tornou valor universal e a discriminação, prática a ser eliminada.

Somos defensores, nos principais foros internacionais, de políticas que visem ao desenvolvimento econômico-social.

O Brasil projeta-se também como *global trader*, estendendo nossa rede de interesses comerciais pelos cinco continentes.

Temos um comércio exterior diversificado, que nos permite evitar parcerias excludentes e desequilibradas. É nesse contexto que a União Européia absorve cerca de 26,5% de nossas exportações, a América Latina 23%, os Estados Unidos outros 21% e a região da Ásia-Pacífico 14%.

Por essa razão, o Brasil não quer e não pode circunscrever sua esfera de atuação ao plano regional. Temos, sim, como faz a Bélgica, de dar prioridade às relações com nossos vizinhos, mas tendo presente que os esforços regionais de integração devem servir como complemento a um sistema multilateral de comércio fortalecido, um dos objetivos básicos de nossa política externa.

Nossa participação no Mercosul tem, portanto, marcado sentido de abertura para o exterior, na busca de uma nova dimensão para a inserção internacional do Brasil através do aumento da escala de nossa economia.

As negociações para o estabelecimento de uma zona de livre-comércio entre o Mercosul e a União Européia traduzem perfeitamente essa vocação da integração econômica como ponte para o resto do mundo.

O mesmo princípio vem regendo as discussões sobre a integração hemisférica. O Brasil encara o processo de forma gradual e com sentido de realismo, pois sabemos que o êxito dessa iniciativa dependerá da capacidade de agregar os esforços sub-regionais de integração existentes, como o Mercosul e o Nafta.

Senhor Primeiro-Ministro, é esse o contexto em que se inserem as relações entre o Brasil e a Bélgica.

São múltiplos os pontos em que convergimos. Compartilhamos ambos uma forte identidade como sociedades democráticas que privilegiaram o diálogo e a cooperação.

Não é por acaso que Bruxelas é sede das principais instituições européias de integração; é porque a Bélgica encontra-se inelutavelmente comprometida com o projeto europeu.

O Brasil possui vínculos externos muito diversificados. A multiplicidade de influências no processo de formação da nação brasileira assim o exigiu sempre. Temos na base de nossa identidade nacional importantes elementos ameríndios, europeus, africanos, asiáticos, árabes e judaicos.

Esse fato nos distingue e nos singulariza. Aprendemos que a tolerância é fundamental para a boa convivência entre os povos e, talvez, a tolerância seja um fator decisivo para que se crie uma ordem estável e justa no Pós-Guerra Fria.

A vocação internacional do Brasil e da Bélgica reflete-se também no dinamismo do comércio exterior de cada um de nossos países.

A tradicional competência belga no campo do comércio exterior, conjugada à política de abertura do mercado adotada pelo Governo brasileiro, permitiu que, no ano de 1994, as exportações belgas para o Brasil crescessem de maneira expressiva, transformando nosso país no principal mercado para produtos belgas na América Latina.

A Bélgica ocupa lugar de destaque no comércio exterior do Brasil, sendo hoje o sétimo principal destino de nossas exportações.

Ao final de 1994, os investimentos da União Econômica Belgo-Luxemburguesa no Brasil superavam a cifra de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. O Acordo Bilateral de Promoção e Proteção de Investimentos, cuja negociação foi concluída com êxito, trará estímulo adicional ao fortalecimento do fluxo de investimentos entre nossos países.

No passado, o intercâmbio de visitas no mais alto nível entre nossos dois países produziu resultados palpáveis, como a instalação da indústria siderúrgica belgo-mineira, após a visita do Rei Alberto I, em 1920.

Que esta minha presença aqui signifique também um salto qualitativo de nossas relações políticas e econômicas, em prol da promoção do bem-estar de brasileiros e belgas.

Nossas sociedades esperam isso de nós.

Foi com o propósito de atribuir a mais alta prioridade ao fortalecimento de nossa parceria que quis incluir a Bélgica entre os países visitados em meu primeiro ano de Governo.

Senhor Primeiro-Ministro, é com esse ânimo construtivo que desejo brindar ao início de uma nova etapa nas relações entre o Brasil e a Bélgica, à amizade fraterna que sempre nos uniu, à crescente prosperidade do povo belga, à saúde e à felicidade pessoal do Rei Alberto II, da Rainha Paola e do Primeiro-Ministro e Senhora Jean-Luc Dehaene.

Muito obrigado.